

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR NA ATUALIDADE: UMA PRÁTICA DE (IN) OU EXCLUSÃO?¹

Marta Perete Ayres².

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia da UNIJUÍ, em 2014, orientado pela Professora do Departamento de Humanidades e Educação Simoni Antunes Fernandes.

² Psicóloga graduada pela UNIJUÍ – Ênfase em Psicologia e Processos Clínicos e em Psicologia e Processos Educacionais, marta_perete@yahoo.com.br

Introdução

Muitos estudos têm sido realizados referentes à temática da inclusão escolar, sendo que nos últimos anos muitas leis, decretos e projetos têm sido criados para tentar garantir que as pessoas com necessidades especiais de aprendizagem sejam incluídas nas escolas de ensino comum e que as diferenças e a individualidade de cada um sejam respeitadas.

A inclusão desses alunos é algo recente e ainda está em processo de concretização nas escolas. Assim, tem-se conhecimento de que a instituição escolar precisa promover aprendizagens para todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, psíquicas, entre outras, sendo que vários fatores são importantes no decorrer deste processo.

No entanto, surgem inúmeras questões que devem ser revistas e repensadas pela escola para que se torne realmente inclusiva. Desta forma, este trabalho tem como objetivo problematizar e instigar à reflexão sobre como a inclusão ocorre na escola e seus efeitos subjetivos na relação professor-aluno-aprendizagem e sobre como o profissional da psicologia pode colaborar neste contexto.

Metodologia

Este trabalho consiste em pesquisa bibliográfica, buscando-se materiais sobre a temática na área da Psicologia, pelo viés psicanalítico, assim como outros autores que discutem sobre inclusão escolar, trazendo assim o enfoque qualitativo da pesquisa.

Resultados e discussão

Segundo Amora (1998), incluir quer dizer “abranger, compreender, conter, envolver, introduzir, fazer parte”. Atualmente, muitos pais em busca de um novo lugar para seus filhos, guiados pelo discurso social de “educação para todos”, com o intuito que eles venham dispor de oportunidades iguais as outras crianças e adolescentes (e por vezes até de se normalizarem no convívio com eles), os colocam nas escolas de ensino comum.

Neste contexto, sabemos que simplesmente colocar os alunos com alguma deficiência ou necessidade especial de aprendizagem numa sala de aula somente orientados pela legislação, não é suficiente para que sintam-se incluídos. Muitas vezes o aluno sente-se sozinho, deslocado, isolado em seus próprios pensamentos, o que significa que o fato de fazer-se presente num lugar não garante que se faça parte dele.

A legislação nos apresenta uma nova forma de pensar a educação, porém, várias são as contradições que surgem no andamento deste processo, pois os professores muitas vezes não recebem a formação

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

e o suporte psicológico necessário para trabalhar com esses alunos. Outra realidade que se apresenta são os problemas referentes à estrutura física da escola, recursos financeiros, material especializado, currículo, práticas pedagógicas e informações de modo geral que possam chegar a todos.

Segundo Borgmann (2010), a legislação prevê que a ação pedagógica deve ser centrada nas potencialidades dos alunos, valorizando e respeitando as diferenças, entendendo os diferentes ritmos de aprendizagens, sempre visando uma educação de qualidade. Porém, este discurso não se efetiva na prática, logicamente que não se pode negar o direito de alguém de frequentar uma ou outra instituição escolar, mas é necessário criar condições para a execução de uma educação inclusiva.

Através do viés psicanalítico, podemos pensar que semelhante ao trabalho de elaboração do luto que os pais fizeram sobre o filho que veio “com defeito”, o professor precisa fazer diante do aluno que ele esperava ser perfeito, ideal. Encontra-se diante de uma ferida narcísica, o aluno vai servir como um espelho para o professor, sendo muito difícil se espelhar em alguém deficiente e que não corresponde ao ideal narcísico imaginado, idealizado.

No entanto, o professor precisa ver o “diferente”, como um sujeito capaz de aprender, ver possibilidades de aquisições e não somente limitações, pois se ficar preso ao corpo orgânico e não apostar nada, esses alunos vão ser vistos somente como objeto e as dificuldades são muitas para sair desta posição.

Conforme Goulart (1996, p. 39), muitas vezes o professor se coloca numa posição de prevenção diante de uma criança que não aprende de forma esperada por ele, no sentido de que se o aluno não aprender e progredir, os pais podem entender que a culpa não é dele, mas sim do aluno.

No contexto de inclusão escolar, podemos pensar que o vai permitir que a criança aprenda e apreenda, é o corte realizado pela função paterna que a criança viveu, que vai implicar o surgimento do sujeito desejante, pois mais tarde, a escola vai ser um representante desta função. A relação transferencial instaurada entre professor e aluno no processo ensino-aprendizagem também é fundamental neste percurso, sendo que o que se transfere são as experiências vividas primitivamente com os pais.

Kupfer (2011), diz que aprender implica quem ensina e quem aprende, isto é, corresponde a aprender com alguém, visto que a relação entre professor e aluno influencia a forma que o aluno vai se posicionar frente ao aprendizado.

Dessa forma, o aluno vai colocar o professor no lugar de sujeito suposto saber e ele vai ser ouvido a partir do lugar que foi colocado pelo desejo do aluno, sendo que para que seu discurso tenha efeito, precisa sustentar as construções imaginárias que o aluno lhe colocou. Assim como o aluno, o professor também é guiado por seu desejo, sendo este que o conduz para a função de mestre. Orientado por seu desejo inconsciente, vai organizando e articulando seu campo de conhecimento para repassá-lo aos alunos.

Diante destas considerações, podemos pensar nas dificuldades enfrentadas pelos professores quando não conseguem fazer que seus alunos aprendam, quando não tem o apoio e o reconhecimento do seu trabalho e esforço por parte dos alunos, dos colegas, pais e da sociedade.

Aguiar e Almeida (2011), dizem que ao professor foi investido um alto poder simbólico, sendo este considerado um agente do progresso, que tem que dar conta de uma demanda advinda da sociedade moderna que não é de sua responsabilidade.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Dessa forma, o mal-estar e o sofrimento dos professores se expressa através dos atestados médicos, pedidos frequentes de transferências, estresse, depressão, desinteresse em dar suas aulas, entre outros, considerando que o psíquico se apresenta no corpo, no somático e o que provoca sofrimento não são somente questões individuais, mas sim do vínculo existente entre as condições sociais do trabalho e as relações que fazem parte deste meio e como o sujeito as toma para si.

Assim, de modo geral, a escola não possui um espaço de fala e escuta para o professor poder falar de suas angústias, de suas experiências e expectativas, ressignificando e possibilitando a mudança de posição dos discursos. Ele trabalha isoladamente e não põe em palavras seu mal-estar, adoecendo.

O conchavo entre as precárias e frágeis condições externas e pré-disposição internas do sujeito, possibilitam o adoecimento do professor, pois muitas vezes ele precisa corresponder às demandas que surgem na escola e da sociedade que não correspondem ao seu desejo, sendo vistas como sem sentido.

Na escola, os professores se angustiam com quase tudo o que acontece, com os alunos que não aprendem, com os pais que depositam muitas atribuições e responsabilidades para eles, os problemas institucionais, situações de violência, entre outros, o que leva ao fracasso da imagem ideal que eles desejam sustentar, mas não conseguem.

Percebe-se que a legislação prescreve algo que está distante da realidade, assim, a educação inclusiva nos permite uma visão dual, pois não basta somente modificar currículos e práticas pedagógicas, também é necessário compreender a subjetividade e o contexto em que estão inseridos os atores escolares para a possibilidade de uma “Educação para Todos”, inclusiva.

Diante deste cenário, podemos pensar como o psicólogo pode contribuir na escola no que se refere ao processo de inclusão, o que nos leva a acreditar que se faz necessário criar um espaço na escola onde os sujeitos que fazem parte dela possam ser escutados, criando condições para que eles se posicionem diante do seu mal-estar implicando-se em suas queixas, pois quando o sujeito se implica no que faz, a queixa é transformada em demanda e pode ocorrer a mudança de posição discursiva.

Conclusões

A construção desta pesquisa permitiu a reflexão sobre a inclusão escolar, as implicações e os efeitos subjetivos entre os envolvidos no processo. Diante disso, constatamos que são muitos os empecilhos que a escola apresenta para que se efetive a inclusão, pois o que a legislação prevê como “escola para todos” ainda tem um longo caminho a percorrer.

Neste contexto, diante das várias demandas existentes, entre elas o fato de os professores terem que trabalhar com alunos que apresentam alguma deficiência ou dificuldade especial de aprendizagem sem ter o suporte e as condições necessárias para isso, muitas vezes os leva ao adoecimento físico e psíquico.

Dessa forma, através de sua escuta, o psicólogo busca abrir espaços para a manifestação das subjetividades dos sujeitos escolares, em que ocorra a circulação da palavra, possibilitando que encontrem outras saídas para seu sofrimento que não seja através do sintoma.

Sendo assim, para que a inclusão se efetive na prática é preciso criar condições que deem sustentação para todos, sejam físicas, psíquicas, organizacionais, infraestrutura adequada, é necessário um conjunto de fatores para ocorrer as mudanças em que todos se sintam acolhidos e para que reais possibilidades de trabalho e relacionamentos se efetivem.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Palavras – chave

Inclusão escolar; subjetividade; aprendizagem; legislação

Referências bibliográficas

AGUIAR, R. M. R.; ALMEIDA, S. F. C de. Mal-estar na educação: o sofrimento psíquico de professores. Curitiba: Juruá, 2011.

AMORA, S. Minidicionário da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BORGMANN, Marta Estela. Educação especial. Ijuí: Unijuí, 2010.

GOULART, J. T. de A. Aprendizagem e não-aprendizagem: duas faces de um mesmo processo? Ijuí: Unijuí, 1996.

KUPFER. Maria Cristina. Freud e a educação: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1995.